

QR Code. Celeridade, Transparência e Gerenciamento processual com um click.

1. Motivação

Em seu funcionamento atual, a justiça brasileira conduz o ritual jurídico de forma diferenciada em todas as suas instâncias (municipal, estadual, federal) e tribunais onde a justiça se manifesta. Apesar de regidos pelos mesmos princípios, cada tribunal parece ter adotado o seu próprio sistema de informação, modelo de dados, implementação, gestão e funcionamento de documentos eletrônicos. Infelizmente, conceitos essenciais sobre “*o que é um processo ?*”, “*como consultar um processo ?*”, “*quais são os status possíveis de andamento processual ?*”, “*que informações devem ser requisitadas das partes envolvidas ?*”, entre outros, estão longe de serem padronizados ou consensualmente interpretados. Por exemplo, enquanto um número de processo válido no *Superior Tribunal Federal* possui letras, espaço e números (AI 330393), no *Tribunal Superior do Trabalho* o número do processo já contempla inúmeras combinações de letras, números, pontos e hífen (AIRR-1596-22.2010.5). De forma geral, vê-se uma estrutura semântica grotesca que ao ponto que facilita o trabalho intrínseco ao funcionário do poder judiciário, não produz qualquer benefício ao cidadão comum.

Tais fatos geram inúmeras frustrações a própria justiça às suas tentativas de uniformizar essas diferentes formas em conceber ao processo eletrônico um único modelo a ser seguido e dessa forma beneficiar-se de toda sorte de consultas, relatórios, redução de custos, produtividade, agilidade, monitoramentos e análise de metainformações unificadas [1].

É inaceitável que a falta de padronização da justiça prejudique o acesso simplificado e transparente de informações aos advogados e cidadãos. Neste ponto de vista, ainda que a padronização absoluta do fluxo processual eletrônico, seja um problema difícil (*sendo tratado a anos pelo CNJ via PJe*), é possível abstrair-lo ao cidadão via tecnologia **QR Code**, unificando a forma de realizar consulta a qualquer processo, e dessa forma, oportunizando ao cidadão comum controle sobre seus processos, automação de atividades, organização em ampla riqueza de detalhes com apenas um clique de seu celular (*escanear o código*).

2. Problema

A falta de padronização da justiça brasileira em todos os âmbitos da manipulação eletrônica processual põe em risco o direito de advogados e cidadãos quanto ao acesso irrestrito, simplificado e objetivo em consultar e acompanhar seus processos redigo pelo art. 5, XXXIII, da Constituição Federal. Atualmente, tal direito se manifesta de forma confusa, espalhada entre diversos sites, e diversos padrões alfanuméricos para consulta processual. A dificuldade em geri-los é tanta que é no mínimo ingênuo acreditar na eficiência do formato em vigor.


Eis alguns exemplos:

(Na padronização aqui estabelecida, considere “A” sendo letra e “N” sendo número).

2.1. Superior Tribunal Federal:

Formato de consulta: AA NNNNNN

Exemplo válido: AI 330393



ESPAÇO DO SERVIDOR | ENGLISH | ESPAÑOL
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
 Brasília, 26 de março de 2015 - 18:46

MAPA DO PORTAL

PRINCIPAL | SOBRE O STF | ESTATÍSTICA | PROCESSOS | JURISPRUDÊNCIA | PUBLICAÇÕES | BIBLIOTECA | IMPRENSA | LEGISLAÇÃO | ACESSO À INFORMAÇÃO

Processos > Acompanhamento Processual
 TAMANHO

PROCESSOS
 Acompanhamento Processual
 Peticionamento Eletrônico
 Informações Gerais
 Requisitos de Acesso
 Sobre o Pet V2
 Acessar o e-STF v.2
 Vídeos Tutoriais
 FAQ Pet v.2
 Resoluções
 Plantão Judicial
 Portal de Integração

Acompanhamento Processual

Tipo de Pesquisa:

 Número do Processo:
 Exemplo: ADI 800
 Dicas de consulta: Ao buscar por nome ou parte dos advogados procure digitar o nome e sobrenome, assim...Ricardo Dantas, Lúcia Maria Dias, Edna Souza Cruz, Natália Franco.

Mais informações, contatar o Atendimento STF:
 formulário de atendimento.
 Telefone: (61) 3217-4465
 Horário de Atendimento: 08h às 20h

2.2. Superior Tribunal de Justiça:

Formato de consulta: AA NNNNN ou AAAAA NNNNN

Exemplos válidos: HC 54321, AREsp 54321, AG 435459



STJ SUPERIOR
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA
 O Tribunal da Cidadania

Início | Links | Fale conosco

Você está em: Início > Espaço do advogado>Processos>Consulta processual.

Processos
 Peticionamento
 Visualização de processos
Consulta processual
 Recursos Repetitivos
 Sistema Push
 Despesas Processuais
 Diário da Justiça Eletrônico
 Plantão Judiciário
 Perguntas Frequentes

Consulta Processual

Código / Número
 Número do Processo no STJ:

 Ex.: REsp 123456, HC 271165, AG 435459
 Número de REGISTRO no STJ:

 OAB do Advogado:

Número Único de Processo (NUP):

 Número do Processo na ORIGEM:

2.3. Tribunal Superior do Trabalho

Formato de consulta: AAAA - NNNNNN-NN.NNNN.N.NN.NNNN

AA - NNNN-NN.NNNN.N.NN.NNNN

Exemplos válidos: AIRR - 189440-77.2006.5.02.0081,

RR - 1830-47.2012.5.06.0241.

TST > Serviços > Serviços Processuais > Processos do TST

Consulta Processual no TST

Consulta Processual

Consulta pela identificação no TST - Numeração Única
 Número: Dígito: Ano: Órgão: Tribunal: Vara:

Obs: Os campos Número e Dígito são obrigatórios. O ano deve ser informado com quatro posições

Consulta pela identificação no TST - Numeração Antiga
 Número: Ano: Vara: TRT: Seq:

Obs: O ano deve ser informado com quatro posições

Consulta pela identificação no TRT - Numeração Antiga
 Tipo: Número: Ano: Região:

Obs: O ano deve ser informado com quatro posições

2.4. Tribunal Superior Eleitoral

Formato de consulta: AAAA - NNNNNN-NN.NNNN.N.NN.NNNN

AA - NNNN-NN.NNNN.N.NN.NNNN

Exemplos válidos: AIRR - 189440-77.2006.5.02.0081

RR - 1830-47.2012.5.06.0241.

The screenshot shows the official website of the Tribunal Superior Eleitoral (TSE). The header includes the TSE logo, navigation links (Mapa do site, Página inicial, Conteúdo principal, Portal JE), a search bar, and language/accessibility options. The main menu features categories like Institucional, Eleitoral, Eleições, Partidos, Jurisprudência, and Legislação. The 'Serviços judiciais' section is active, displaying a list of services on the left and the 'Acompanhamento processual e Push' interface on the right. This interface includes a search bar, a dropdown for selecting the court (TSE), radio buttons for different search criteria (Número do processo, Partes, etc.), and a search button. A note indicates that the service is informational and does not produce legal effects.

2.5. Superior Tribunal Militar

Formato de consulta: NNNNNNN-NN.NNNN.N.NN.NNNN

Exemplos válidos: 0000013-12.2007.7.05.0005.

The screenshot shows the official website of the Superior Tribunal Militar (STM). The header includes the STM logo, navigation links (O STM, Informação, CEIUM, Serviços, Portal do Cidadão), and a search bar. The 'Serviços' section is active, displaying a list of services on the left and the 'Acompanhamento Processual' interface on the right. This interface includes a search bar, a dropdown for selecting the court (STM), radio buttons for different search criteria (Procedimentos Investigatórios, Ações penais militares, etc.), and a search button. A note indicates that the service is informational and does not produce legal effects.

Valendo-se de apenas exemplos de consultas a tribunais federais já podemos atestar a falta de padronização e o esforço que compete ao cidadão comum para realizar o acompanhamento processual: *encontrar o site, encontrar o serviço de busca de processo, consultar o processo, interpretar seus diversos status, cobrar medidas de seu advogado*. O mesmo modelo impreciso se estende a todas as instâncias da justiça, municipais e estaduais.

3. Proposta de Solução

Uniformização de consulta e acompanhamento processual via **QR Code**.

3.1 Sobre os QR Codes.

O **QR Codes** são códigos que podem ser escaneados por celulares que possuem câmeras fotográficas. Quando decodificados, esses códigos podem transformar-se em textos, sons, links ou mesmo redirecionamento para uma página específica [2].

De forma breve e sutil o QR Code já foi introduzido em algumas vertentes da justiça com fins de disponibilizar tabelas de emolumentos [3], embora seu potencial seja muito mais amplo.



3.2 Da necessidade do celular.

Com uma demanda crescente que ultrapassa os 280 milhões de telefones celulares em uma população de 200 milhões de habitantes, a maioria absoluta dos cidadãos brasileiros seria amplamente beneficiada com este serviço. Restando aos 0,026% da população que rejeita o uso do celular, a possibilidade de realizar a consulta convencional via site, como é feita atualmente [4].

3.3 Do Processo de Implementação e benefícios

Independentemente do formato do número processual, do sistema utilizado para consultá-lo ou o tribunal que gerencie, a centralização da geração do **QR Code** seria suficiente para unificar a forma de consulta e acompanhamento de qualquer processo em qualquer instância e tribunal no Brasil, atuando de forma complementar ao PJe por ser algo voltado ao cidadão e trazendo com isso inúmeros benefícios:

1. Aproveitamento de toda infraestrutura atual em todos os setores da justiça, sem a necessidade de migração de sistema em software, novo desenvolvimento ou treinamento de funcionários. O que é oneroso aos cofres públicos e de lenta absorção.
2. Ponto central onde todas as instâncias da justiça e seus tribunais convergiriam em informações mínimas, possibilitando inúmeras análises estatísticas sobre fiscalizações de produtividade, dos assuntos jurídicos mais solicitados, das partes, dos advogados, entre outros. Tais informações compiladas e analisadas serviriam para uma compreensão profunda do processo jurídico nacional.
3. Unificação da forma de consultar e acompanhar o fluxo processual em todas as manifestação jurídica (municipal, regional, federal, TST, TJ-PB, TJ-PE, TCE, etc).
4. Simplicidade para obtenção das informações sobre o processo. Ao invés de decorar ou guardar sequências alfanúmericas com diferentes tamanhos e formatos, advogados e cidadão comuns teriam tão somente que escanear o **QR Code** de seus processos via câmera de celular. Atualmente, o cidadão comum precisa se deslocar até à secretaria de justiça para tomar ciência do andamento processual quando não alertado por seu advogado.
5. Possibilidade de, uma vez escaneado o **QR Code** do processo no celular do usuários e advogados, as atualizações do processo preencherem automaticamente a agenda de seus celulares pessoais, alentando-os quando de alguma movimentação, evitando a perda e descumprimento de prazos, revelias ou qualquer tipo de descomprometimento oriunda do livre acesso a informação.

Tribunais geram processos normalmente

1

Instâncias Federais	
STF	RE 330393
STJ	REsp 123456
TST	AIRR-1596-22.2010.5
TSE	24.109/2000
STM	13-12.2007.7.05.0005
Instâncias Estaduais	
TCE	02632/12
TJ-PE	065-1968/000-014-9
TJ-PB	025.1988.000.011-9
...	
Instâncias Regionais	
TRT	21600-82.2006.5.13.01
...	

CNJ - QR Code

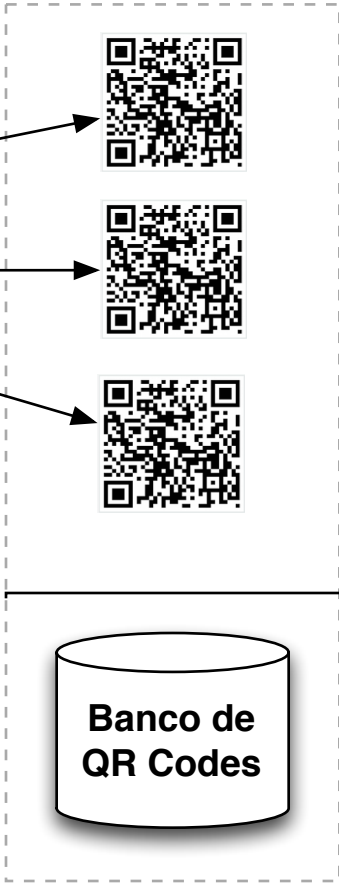
Algumas informações sobre o processo são enviadas automaticamente a um sistema único

2

Processo:

Tribunal:

selecione o tribunal



Banco de QR Codes com informações simplificadas sobre o processo

3

Leitura do QR Code



Advogados e usuários com calendários dos celulares ajustados

Final



3.5 Do ônus

Implementação por parte do Conselho Nacional de Justiça ou órgão competente de um sistema de informação de cadastro único de processo, onde os atributos básicos de cada processo, tais como: número do processo (normal, sem alterações), tribunal, CPF das partes, OAB dos advogados e data corrente fossem enviados automaticamente para o sistema central que baseado nessas informações geraria o **QR Code** que, uma vez escaneado, manteria a agenda do celular de advogados e usuários comuns atualizada a cada mudança de status.

4. Referências

- [1] <https://processoeletronico.gov.br/projects/sei/wiki/PEN>
- [2] <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2011/05/entenda-o-que-sao-os-qr-codes-codigos-lidos-pelos-celulares.html>
- [3] <http://www7.tjce.jus.br/corregedoria/?p=24813>
- [4] <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2014/04/brasil-chegou-a-27358-milhoes-de-telefones-celulares-em-marco.html>